Introdução

Rosileia Lucia Nierotka
Joviles Vitório Trevisol

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

NIEROTKA, R.L., and TREVISOL, J.V. Introdução. In: *Ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2019, pp. 5-12. ISBN: 978-65-5019-009-5.

<https://doi.org/10.7476/9786550190071.0001>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

INTRODUÇÃO

“O direito à educação escolar é um desses espaços que não perderam e nem perderão sua atualidade.”

Carlos Roberto Jamil Cury

Este livro aborda as políticas de acesso e ações afirmativas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Busca, especialmente a partir da caracterização do perfil socioeconômico e da trajetória escolar e acadêmica dos estudantes, compreender as contribuições dessas políticas para a democratização da educação superior brasileira. Ele é produto de uma pesquisa realizada entre 2013 a 2015, no Mestrado em Educação, defendido no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFFS. Trata-se de um estudo documental e descritivo, envolvendo 2.123 estudantes, dos cinco campi da UFFS: Chapecó, Laranjeiras do Sul, Realeza, Cerro Largo e Erechim.

A ideia do livro é contribuir para o debate acerca de uma das temáticas recentes da educação superior, aqui considerado como o processo de democratização do acesso e da permanência dos estudantes, haja vista que a universidade brasileira nasceu de forma tardia, associada a um caráter privatizante e elitista. Isso faz questionar sobre as dificuldades de acesso a essa modalidade de ensino como um direito a toda a população, que se caracteriza como uma bandeira de luta histórica travada pelos movimentos sociais que há uma década lutam pelo direito à educação pública e gratuita.

O campo de estudo acerca das ações afirmativas na educação superior no Brasil ganhou importância e centralidade no país, principalmente a partir dos anos 2000, quando entra em pauta na agenda governamental a Reforma Universitária, e, junto dela, ações que foram sendo desenvolvidas no sentido de diminuir as desigualdades de acesso e a privatização da educação superior. Dentre essas ações, destacam-se as políticas de assistência estudantil, os programas como a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI). E, a mais recente política aprovada nessa direção é a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei das Cotas.

Este livro tem o intuito de abordar o tema, sempre buscando uma contextualização histórica das desigualdades na sociedade brasileira, cujas origens remetem a um modelo de desenvolvimento do país desde o seu “achamento”. Na educação essas desigualdades se manifestam de diferentes modos, sendo o elitismo um dos aspectos mais gritantes. Daflon, Feres Júnior e Campos (2013), ao situarem as desigualdades educacionais, destacam que os pobres, em sua maioria, durante a educação básica, são os que frequentam as escolas públicas, enquanto os mais ricos matriculam seus filhos em escolas privadas. Essa realidade se inverte na educação superior, pois, em geral, os vestibulares são competitivos e os filhos das classes mais altas são os que ingressam nas universidades públicas, enquanto que os filhos dos mais pobres se obrigam a pagar faculdades privadas e nem sempre de boa qualidade.

A educação superior brasileira, apesar da expansão nas últimas décadas, continua sendo marcadamente privatizada. Os números atuais ainda indicam tratar-se de um nível de ensino que carrega em seu interior as marcas de uma sociedade profundamente desigual. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC/INEP, 2013a) indicam que, no ano de 2013, a oferta de matrículas de graduação foi de 7.305.977, e, desse total, 26% (1.932.527) estavam em IES públicas e 74% (5.373.450) em IES privadas (MEC/INEP, 2013a).

Das Instituições de Ensino Superior (IES), em 2013, 87,4% (2.090 IES) eram privadas e 12,6% (301 IES) eram públicas. Das 2.391 IES, apenas 8,2% eram universidades e atendiam a maioria das matrículas (53,4%). As faculdades representavam a maioria das IES (84%) e ofertavam 29% das matrículas. Em menor escala, situam-se os Centros Universitários, que representam 5,9% das IES e ofertavam 15,8% das matrículas, e os Institutos e Centros de Educação Tecnológica que representavam 1,7% das IES e ofertavam 1,6% das matrículas (MEC/INEP, 2013a).

Com base em dados do Observatório do PNE¹, em 2013, 32,3% das pessoas de 18 a 24 anos frequentavam cursos de graduação, em relação à população de 18 a 24 anos, o que corresponde à taxa bruta de escolarização². Entre os jovens de 18 a 24 anos frequentando a educação superior, 16,5% encontravam-se nessa condição, correspondendo à taxa líquida de escolarização³.

Os Planos Nacionais de Educação têm proposto metas ousadas no sentido de reduzir a elitização e ampliar as ofertas das vagas públicas. O atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) estabelece, em sua Meta 12, o desafio de elevar a taxa de escolarização bruta para 50% e a taxa de escolarização líquida para 33%. Trata-se de uma grande expansão, com a meta de inserir no espaço universitário 50% da população brasileira até 2024 (BRASIL, 2014a).

Uma das formas de ampliação do acesso e redução das desigualdades educacionais na educação superior foi a implementação de ações afirmativas, adotada pelas universidades brasileiras, desde o ano de 2001, mesmo considerando a não obrigatoriedade legal.

Percebe-se que o discurso da democratização é muito complexo, e várias ações políticas no Brasil foram sendo firmadas em prol dessa

1 Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/12-ensino-superior>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

2 “Taxa Bruta de Escolarização na Educação Superior – Percentual de pessoas que frequentam cursos de graduação na educação superior em relação à população de 18 a 24 anos” (MEC/INEP, 2014a, p. 36).

3 “Taxa Líquida de Escolarização na Educação Superior – Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam cursos de graduação na educação superior em relação à população de 18 a 24 anos” (MEC/INEP, 2014a, p. 36).

“democratização”, porém com sentidos muitas vezes diferentes e contraditórios. Assim, salienta Oliveira (2013, p. 310): “[...] só uma expansão em que sejam asseguradas a inclusão e a qualidade acadêmica no processo ensino-aprendizagem será capaz de garantir efetivamente uma real democratização do acesso à educação superior no Brasil”.

Dentre as várias experiências realizadas nas universidades brasileiras, no sentido de democratizar as condições de acesso e permanência, destaca-se a experiência da UFFS, que está localizada na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul no Sudoeste do Paraná (Campus Laranjeiras do Sul e Realeza), no Oeste de Santa Catarina (Campus Chapecó) e no Noroeste do Rio Grande do Sul (Campus Erechim, Cerro Largo e Passo Fundo) com abrangência de cerca de 396 municípios. O seu surgimento foi fruto de lutas dos movimentos sociais, igrejas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e sociedade em geral historicamente desassistida pelo acesso ao ensino superior público.

A UFFS já nasceu com uma opção política diferenciada que se propõe à ampliação do acesso ao ensino superior por meio de ações afirmativas, destinadas primordialmente para estudantes oriundos da escola pública. A opção política de ingresso, desde o início, ocorre por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como uma primeira forma de entrada na UFFS. Nos três primeiros anos, a ação afirmativa adotada se dava por meio de uma bonificação na nota do ENEM, conhecida como Fator Escola Pública. Com a aprovação da Lei nº 12.711/2012, a Lei das Cotas, a partir do ano de 2013, a UFFS promoveu a adequação integral à legislação, principalmente com relação à renda e à etnia, tendo em vista que já se utilizava do critério da escola pública nos seus processos seletivos anteriores. Além disso, a Universidade também implementou outras ações afirmativas, por meio de políticas especiais de acesso, voltadas para camponeses, indígenas, haitianos e estudantes com deficiência.

As políticas de acesso e as ações afirmativas na UFFS foram o núcleo da problemática investigada. Ao assumi-la como tema de pesquisa está-se

reconhecendo a importância e a necessidade de compreendê-la como algo distinto, novo, da qual a Instituição faz parte.

Para esta pesquisa foi proposta a seguinte questão central e norteadora: Como as políticas de acesso e ações afirmativas implementadas pela UFFS contribuem para a democratização da educação superior pública brasileira?

A pesquisa teve o objetivo geral de investigar as políticas de acesso e as ações afirmativas implementadas pela UFFS com o propósito de compreender como tais políticas contribuem para o processo de democratização da educação superior pública brasileira. Para o alcance deste objetivo, foram desmembrados os seguintes objetivos específicos: 1) Contextualizar o processo de criação da UFFS; 2) Situar as ações afirmativas que a Instituição estabeleceu como prioritárias em suas políticas institucionais de acesso; 3) Analisar o perfil socioeconômico e a trajetória escolar dos estudantes ingressantes; 4) Caracterizar a situação de matrícula dos estudantes, após dois anos do seu ingresso.

O método utilizado para o alcance de questões e objetivos da pesquisa foi descritivo e se desenvolveu por meio de procedimentos de pesquisa qualitativa e quantitativa. Segundo Gatti (2004), embora possa ter algumas limitações, a pesquisa do tipo quantitativa pode ser muito útil para compreender diversos fenômenos educacionais. As análises contendo dados quantificados, contextualizados por meio de perspectivas teóricas e cuidadosas escolhas metodológicas, proporcionam subsídios concretos “para a compreensão de fenômenos educacionais indo além dos casuísmos e contribuindo para a produção/enfrentamento de políticas educacionais, para planejamento, administração/gestão da educação, podendo ainda orientar ações pedagógicas de cunho mais geral ou específico” (GATTI, 2004, p. 26).

Diante das características e o propósito desta pesquisa, elegeu-se a UFFS como local de referência para a presente investigação. Tendo em vista sua natureza multicampi e seu elevado número de estudantes, a pesquisa referente à caracterização do perfil socioeconômico e da trajetória escolar concentrou-se no ingresso do ano de 2012, que foi regido pelo Edital nº

162/UFFS/2011 – Processo Seletivo 2012. Eram 2.160 vagas, distribuídas em 33 cursos de graduação nos cinco campi da Instituição. Destas, 98,3% foram preenchidas, totalizando 2.123 estudantes matriculados. Realizou-se, portanto, um recorte de caráter temporal, contemplando o terceiro ano de funcionamento da UFFS, tendo como foco a política de acesso desenvolvida durante esse período. A pesquisa abrangeu todos os *campi*, excetuando-se apenas o Campus Passo Fundo, que foi criado em 2013.

No que se refere ao Estado e à cidade de origem dos estudantes, a maioria é oriunda da Região Sul, principalmente dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Apenas 1,4% dos estudantes são oriundos dos demais estados brasileiros. A maioria dos estudantes residia na própria cidade em que realizou sua matrícula ou em cidades próximas, num raio de até 90 km de distância (85,9%).

A pesquisa documental foi realizada por entendê-la como um instrumento/meio mais adequado para coleta/levantamento dos dados e informações pertinentes à problemática deste estudo, pois se utiliza de dados já existentes, ou seja, os dados analisados foram de fonte secundária. A coleta dos dados e o tipo de análise foram detalhados em duas etapas.

Na primeira etapa, foram selecionados alguns documentos institucionais e outras referências bibliográficas relacionadas à Universidade (relatórios de pesquisa, livros, tese de doutorado, editais, resoluções), que permitiram, primeiramente, contextualizar o processo de criação da UFFS e, num segundo momento, descrever historicamente as políticas de acesso que foram sendo implementadas desde a sua criação. Trata-se de uma sistematização de informações acerca das escolhas políticas que a Universidade foi adotando nos seus primeiros anos de existência.

A análise dos dados, nesta primeira etapa da pesquisa, foi realizada por meio da técnica da análise documental, com o objetivo principal de contextualizar e sistematizar as informações, tendo como base as seguintes categorias temáticas: processo de criação da UFFS e políticas de acesso e ações afirmativas da Instituição.

Na segunda etapa da pesquisa documental, o documento principal estudado foi um banco de dados do Processo Seletivo da UFFS, em formato de arquivo eletrônico, composto por respostas de um questionário socioeconômico e cultural⁴ aplicado, no ano de 2012, aos estudantes dos cinco *campi*. Esse questionário, com algumas modificações a cada ano, foi aplicado aos estudantes desde o primeiro processo seletivo, em 2010, até o ano de 2013. No ano de 2014, a Universidade adotou o processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) e, então, não aplicou mais esse questionário. A pesquisa utilizou as respostas apenas dos ingressantes, ou seja, todos os que efetivaram a matrícula na UFFS no ano de 2012⁵.

O procedimento de análise dos dados adotado foi estatístico e a análise de conteúdo ocorreu a partir dos dados numéricos, com ênfase nas frequências, comparações e cruzamentos de dados. Para o tratamento estatístico dos dados recorreu-se ao programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS).

O livro está organizado em quatro capítulos. O primeiro contextualiza as desigualdades sociais na sociedade brasileira, a partir de suas raízes históricas e sociais, desde o processo de colonização do Brasil até os períodos mais recentes, situando as perspectivas de democratização, a partir da Constituição de 1988. Nesse processo histórico, situa como as desigualdades educacionais foram se manifestando, mais especificamente o elitismo e a privatização da educação superior.

O segundo capítulo, inicialmente, faz uma abordagem sobre o Estado e as políticas de educação superior, situando a influência da lógica neoliberal, principalmente dos anos 1990 em diante. Em seguida, apresenta um contexto mais recente das políticas educacionais da educação superior,

4 O questionário foi construído no âmbito da própria Universidade e foi aplicado de forma on-line aos estudantes, no momento em que faziam a sua inscrição no processo seletivo, conforme o Edital nº 162/UFFS/2011 – Processo Seletivo UFFS 2012, no período de 10 de novembro de 2011 até o dia 13 de janeiro de 2012.

5 Além das informações do referido questionário foram solicitadas e utilizadas outras informações institucionais complementares ao questionário (idade, sexo, etnia, nacionalidade, quantidade de anos estudados em escola pública, situação atual da matrícula).

especialmente a partir dos governos de Lula e de Dilma. Busca traçar uma trajetória da inserção de ações afirmativas como políticas de acesso à educação superior pública nas universidades brasileiras nas últimas décadas, culminando com a promulgação da Lei nº 12.711/2012.

O terceiro capítulo inicia a apresentação dos resultados da análise documental e estatística. Primeiramente, foi realizada uma contextualização do processo de criação da UFFS, com ênfase na luta histórica dos movimentos sociais pelo acesso à educação superior pública na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Em seguida, situam-se as políticas de acesso e as ações afirmativas adotadas na UFFS no decorrer dos primeiros anos, a partir da sua criação.

O quarto capítulo apresenta os resultados da análise do Banco de Dados referente ao Processo Seletivo 2012, com as respostas de questionário socioeconômico dos ingressantes, em 2012. Num primeiro momento, situa-se uma análise do perfil socioeconômico e a trajetória escolar dos estudantes da UFFS. Em seguida, apresenta-se uma caracterização sobre a situação de matrícula dos ingressantes em 2012, apresentando informações sobre a sua permanência ou não na Instituição, após um período de dois anos do seu ingresso.